



Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS
Gabinete do Vereador Chiquinho de Assis



REQUERIMENTO: 348/18

À Mesa Diretora da
Câmara Municipal de Ouro Preto

Senhor Presidente,

A Comissão de Participação Popular e Defesa do Consumidor, através de seu presidente Vereador Chiquinho de Assis, requer a vossa excelência, após ouvido o pleiteário, Audiência Pública com o tema: "50 anos AI-5: fatos, histórias, e memória da luta pela democracia" à ser realizada na Câmara Municipal de Ouro Preto, no dia 13 de dezembro de 2018 às 18h.

JUSTIFICATIVA

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, marcou o início do período mais duro da ditadura militar (1964-1985). Editado pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, ele deu ao regime uma série de poderes para reprimir seus opositores: fechar o Congresso Nacional e outros legislativos (medida regulamentada pelo Ato Complementar nº 38), cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir em Estados e municípios, decretar confisco de bens por enriquecimento ilícito e suspender o direito de habeas corpus para crimes políticos. O ministro da Justiça, Gama e Silva, anunciou as novas medidas em pronunciamento na TV à noite.

Os primeiros efeitos do AI-5 foram percebidos naquela mesma noite. O Congresso é fechado. O presidente Juscelino Kubitschek, ao sair do Teatro Municipal do Rio – onde tinha sido paraninfo de uma turma de formandos de engenharia – foi levado para um quartel em Niterói, onde permaneceu preso num pequeno quarto por vários dias, sem roupa para trocar e nada para ler. O governador Carlos Lacerda foi preso no dia seguinte pela PM da Guanabara. Após uma semana em greve de fome, conseguiu ser libertado. Para driblar a censura, o "Jornal do Brasil" tenta dar a dimensão dos acontecimentos na sua seção de meteorologia:

"Previsão do tempo:
Tempo negro.
Temperatura sufocante.
O ar está irrespirável.

O país está sendo varrido por fortes ventos



APROVADO em única discussão

Por _____
Sala das Sessões, 20 de DEZEMBRO de 18

[Assinatura]
Presidente
Com 13 votos a favor e com _____ votos contra

Dr. Chiquinho

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS
Gabinete do Vereador Chiquinho de Assis



Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.
(Publicado no Jornal do Brasil, no dia seguinte à decretação do AI-5)

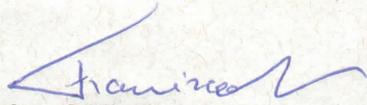
Em 30 de dezembro saiu a primeira lista de cassações, com 11 deputados federais dentre eles Márcio Moreira Alves (MDB-RJ), Hermano Alves (MDB-RJ) e Renato Archer (MDB-MA). A segunda lista, de 19 de janeiro de 1969, incluiu dois senadores _Aarão Steinbruck e João Abraão, 35 deputados federais, três ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) –Hermes Lima, Vítor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva– e um ministro do STM (Superior Tribunal Militar) –Peri Constant Bevilacqua, que, segundo escreveu o porta-voz de Costa e Silva, Carlos Chagas, era acusado de "dar habeas corpus demais".

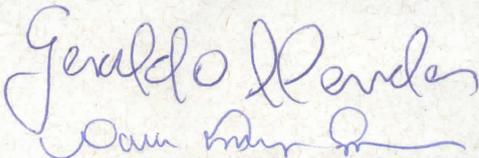
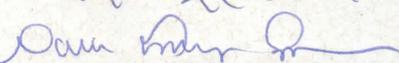
Três meses desde a edição do AI-5, encarregados dos inquéritos políticos passaram a poder prender quaisquer cidadãos por 60 dias, dez dos quais deveriam permanecer incomunicáveis. "Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores", conta Elio Gaspari no livro "A Ditadura Envergonhada". Sessenta e seis professores foram expulsos das universidades –dentre eles Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior. Emissoras de televisão e de rádio e redações de jornais foram ocupadas por censores. Artistas como Marília Pêra, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram apenas os primeiros a conhecer as carceragens da polícia política.

Ao todo, 333 políticos têm seus direitos políticos suspensos em 1969 (dos quais 78 deputados federais, cinco senadores, 151 deputados estaduais, 22 prefeitos e 23 vereadores). O Congresso permanece fechado até outubro, quando é reaberto para eleger Medici.

O AI-5 –que foi seguido por mais 12 atos institucionais, 59 atos complementares e oito emendas constitucionais– duraria até 17 de outubro de 1978. Sobre ele disse Costa e Silva, em discurso transmitido por rádio e TV, no último dia de 1968: "Salvamos o nosso programa de governo e salvamos a democracia, voltando às origens do poder revolucionário". Em 13 de janeiro de 1969, o coronel João Batista Figueiredo, ex-chefe da Agência Central do SNI (Serviço Nacional de Informações) e ex-presidente da República (1979-1985), mandava carta a Heitor Ferreira, secretário de Geisel e Golbery: "Os erros da Revolução foram se acumulando e agora só restou ao governo "partir para a ignorância"".

Sala de Sessões, 31 de Outubro de 2018.


Vereador Chiquinho de Assis - PV



página 2 / 2



Ouro Preto